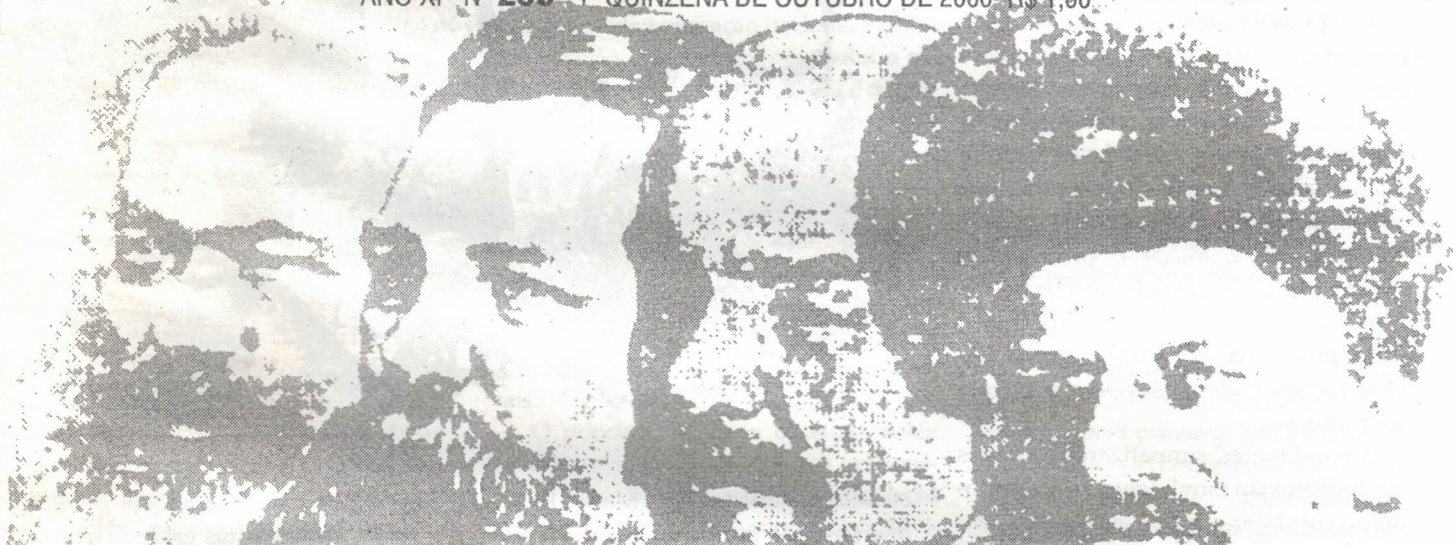


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 200 - 1ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 2000 - R\$ 1,00



**Massas nº 200:
Construindo o Programa e o
Partido Revolucionários.
Reconstruindo a IV Internacional**

**A campanha eleitoral do PT é burguesa.
A campanha das esquerdas é eleitoreira.**

**VOTO NULO
PROGRAMÁTICO**

**Pelo partido operário revolucionário
Pela Revolução Proletária
Pelo Governo Operário e Camponês**

**60 anos do assassinato de Leon Trotsky
EM DEFESA DO MARXISMO E DA REVOLUÇÃO**

O significado do Massas 200

O Jornal Massas chega ao seu número 200. Não se trata de nenhum grande feito, caso não se tenha em conta a construção do Partido Operário Revolucionário. O fundamental é que o Massas se distingue de outros jornais de esquerda pelo fato de expressar a elaboração do programa da revolução proletária. Para nós, o partido é o programa e vice-verso. E entendemos por programa a extração das leis da revolução social e do método de intervenção na luta de classe que permitirão ao proletariado destruir o poder da burguesia e iniciar o processo de construção da sociedade socialista, comunista. Rejeitamos a idéia de que o programa se reduza a uma lista de reivindicações e de posições meramente conjunturais.

Os militantes, simpatizantes, leitores e estudiosos do movimento operário poderão constatar a rigorosa coerência entre a linha política traçada no âmbito dos acontecimentos e os fundamentos programáticos. Tomamos seriamente a concepção leninista de que a imprensa revolucionária é um organizador coletivo e instrumento de educação socialista do proletariado.

Por intermédio desse instrumento temos constituído quadros marxistas, que dia a dia aperfeiçoam a militância no sentido de se formar como revolucionários que dedicam sua vida inteiramente a organizar o proletariado e criar as condições para a revolução proletária. Não é por acaso que o Massas expressa diuturnamente a estratégia da destruição da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada e edificação da ditadura do proletariado. Estratégia essa que permeia toda intervenção do partido, por mais elementar que seja a reivindicação dos explorados.

O Massas expressa o internacionalismo proletário. Ou seja, a tarefa de construir o partido mundial da revolução socialista, a reconstrução da IV Internacional. Aplicamos no Brasil o programa de transição deixado por Leon Trotsky, cuja validade histórica se materializa na preservação e no avanço do socialismo



científico, elaborado por Marx e Engels e aperfeiçoado por Lenin.

Na tarefa de reconstruir a IV Internacional, nos unimos ao Partido Operário Revolucionário na Bolívia e ao Comitê Construtor do POR na Argentina e Chile para conformar o Comitê de Enlace. Como jovem organização, esforçamo-nos por assimilar as experiências mais remotas e as mais recentes do proletariado internacional.

O POR boliviano constitui a referência de nossos dias. Sua trajetória programática, seu sólido trabalho de transformação do proletariado em classe consciente e o esforço de sua militância o têm colocado como um fator de construção do partido mundial. Isso explica por que desde os primeiros números de nosso Jornal temos nos empenhado na tarefa de expor e defender suas posições marxistas-leninistas-trotskistas e a revolução na Bolívia.

Os princípios internacionalistas aplicados em nossa realidade têm permitido ao POR travar uma luta sem trégua ao reformismo do PT e ao centrismo das correntes de esquerda, que como tal oscilam entre o marxismo e o reformismo. Se se comparar a linha estratégica do POR e a tática desenvolvida se poderá comprovar a sua plena independência

perante o reformismo. As demais correntes esquerdistas estão marcadas por defenderem um governo dos trabalhadores e do PT, encabeçado por Lula. O POR criticou desde o seu nascimento a bandeira de governo dos trabalhadores por sua indefinição de classe, que por isso mesmo acoberta a estratégia de um governo democrático pequeno burguês, que em última instância é burguês. Acusamos as esquerdas de se adaptarem estrategicamente ao reformismo e taticamente ao eleitoralismo. O Massas, em toda sua existência, está marcado por essa distinção tático-estratégica.

Há que se acrescentar ainda o empenho de responder a cada problema da luta de classe. Dedicamos inteira atenção ao desenvolvimento das lutas operárias e camponesas. Os momentos mais decisivos em que o proletariado e o campesinato estiveram em confronto com a burguesia e seu Estado o POR esteve presente, se não fisicamente devido a nosso desenvolvimento embrionário, esteve presente com suas posições.

Chamamos, sob a base dessa experiência, a vanguarda a se incorporar no POR através do seu programa.

Viva o Massas!

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Governo exige que o aparato repressivo seja mais eficaz contra o MST

A ocupação de prédios públicos em todo país pelo MST e o cerco realizado à fazenda da família de FHC, bem como o conflito com o governador de Minas Gerais quanto à competência de quem deveria proteger a referida propriedade, levaram o Presidente da República a exigir maior vigor do aparato repressivo contra os sem-terra. O que quer dizer que será intensificada a perseguição política aos camponeses em luta. Ao mesmo tempo, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, mais uma vez, chama a Igreja a mediar o conflito, prometendo aceitar algumas das exigências do MST. Trata-se de mais uma manobra.

As manifestações da segunda semana de setembro ocorreram justamente porque o governo não cumpriu um acordo

com a liderança do MST, supervisionado pela CNBB. Lembremos que, sob intensa pressão das jornadas de luta, em julho, o governo se reuniu com a CNBB e MST para negociarem as reivindicações, claro que uma maneira de evitar o avanço da luta camponesa pela terra. Enfim, foi acordado que haveria o assentamento de 100 mil famílias; verba de custeio de 2000 reais para cada família assentada; verba para alfabetização de jovens e adultos; negociação das dívidas dos pequenos agricultores; e outros itens. O governo não cumpriu e os assentados não têm recursos para plantio e colheita. Eis por que o MST foi obrigado a voltar aos protestos.

A nova tentativa de negociação não passará de mais um jogo do governo, que se utiliza da Igreja, que por sua vez é quem

tem a maior influência política sobre o MST. É bom lembrar que na pauta de reivindicações não consta como reivindicação central a libertação imediata de todos os presos do MST e fim dos ataques repressivos.

O governo conta com o isolamento do movimento camponês do movimento operário, o que facilita as manobras que combina a mais rigorosa repressão com promessas de atendimento das reivindicações. Vemos que a tarefa é potenciar o movimento lutando pela aliança operário e camponesa, que implica numa dura luta política contra as direções reformistas, umbilicalmente atadas à Igreja e esta, como se sabe, ao Estado.

As campanhas contra a repressão ao MST devem fazer parte de todo movimento social.

Para quê serviu o plebiscito da dívida externa e interna?

A CNBB, principal organizadora do plebiscito, esperava aproximadamente 3 milhões de votos, finalmente alcançou mais de 5 milhões. Ficou a pergunta: e agora, o que fazer?

José Dirceu, presidente do PT, deu a resposta: "A validade desse plebiscito é apenas política e moral." (*Estadão*) E a senadora do mesmo partido completou: "O resultado do plebiscito é um mecanismo para aprovar um referendo sobre a dívida externa".

De fato, os promotores do plebiscito divulgaram um manifesto logo após a apuração, pedindo a realização de um novo plebiscito, agora formalmente assumido pelo parlamento. É nesse sentido que José Dirceu redigiu um projeto de referendo, com o mesmo teor do plebiscito "político e moral". Como se vê, para os reformistas e clericais, a "voz das ruas" se atém às portas do Congresso. Só tem validade se o Estado burguês a legalizar.

Por esse caminho, o imperialismo continuará eternamente a saquear o país e as massas a pagar com suor e fome.

Dissemos que o reformismo não pode ser conseqüente em suas propostas e ações. Está aí um claro exemplo. Os trabalhadores são chamados a votar em um plebiscito

para depois seus organizadores dizerem que não tem valor legal e, portanto, não há nada o que fazer com ele, a não ser tentar legalizá-lo. Trata-se de uma farsa.

A dívida externa e interna não é um problema isolado do país. O controle da economia pelas multinacionais, as privatizações e todo plano de reformas anti-populares de FHC compõem um conjunto, que deve ser respondido como tal. Inclui o arrocho salarial e o gigantesco desemprego. Não se trata, portanto, de condicionar a resposta a ele à legalidade parlamentar e governamental.

Ou a classe operária e demais trabalhadores tomam em suas mãos todas essas questões e partem para a luta, com manifestações, greves, ocupações etc, ou terão de continuar suportando o peso da crise capitalista. A burguesia e seu governo são capachos do imperialismo, não dizem outra coisa senão que o Brasil depende dos banqueiros internacionais e que não se pode "dar calote". Mas os reformistas legalistas insistem que tudo depende de mudar a correlação de forças no parlamento, ou seja, eleger mais parlamentares do PT e aliados opositores (a maioria vira casaca, como PDT, PSB...). E é para isso que serviu o plebiscito sem validade.

É bom que os trabalhadores observem que o PT e a burocracia sindical da CUT, bem como líderes do MST, se tornaram reféns da Igreja. Isso significa enganar o povo com "movimentos" distracionistas contra a exclusão social, pela cidadania e humanização dos miseráveis. Basta que as massas se levantem com suas bandeiras em punho e usem a violência revolucionária (greves, bloqueios, ocupações, autodefesa) para os piedosos bispos condenarem a revolta. O mesmo fazem os reformistas do PT.

Enquanto os explorados dependerem dessas forças pró-capitalistas para se manifestarem não terão como impor suas reivindicações à burguesia e marchar para a destruição do capitalismo. A luta antiimperialista depende do proletariado para se impor, e este depende de sua emancipação política e organizativa da Igreja e do reformismo. A sua vanguarda tem o dever de apressar a formação do Partido Revolucionário, instrumento programático e organizativo indispensável para libertar os oprimidos do cabresto das direções pró-capitalistas. Essa é a principal lição do plebiscito da Igreja/PT/PCdoB e outros.

Não se iludir com a unificação burocrática

A CUT, dirigida pelos reformistas do PT, e a Força Sindical, pela burocracia direita, anunciaram que se unificarão em torno das campanhas salariais e da correção do FGTS, que sofreu confisco no Plano Sarney e Collor. Os trabalhadores devem prestar atenção no sentido dessa aliança. Os burocratas sindicais não unirão de fato as reivindicações e o movimento contra a burguesia e seu governo.

O anúncio do acordo entre as Centrais indica que a direção burocrática está sob tremenda pressão dos trabalhadores, que têm visto seus salários perderem valor e seus empregos ameaçados pelas constantes demissões massivas. Por outro lado, os capitalistas rechaçam os reajustes propostos pelos sindicatos e o governo se mantém inflexível quanto ao pagamento dos expurgos do FGTS.

A idéia de unificação é apenas uma ameaça para que o governo reponha os valores confiscados do FGTS. Afinal de contas, a burocracia sindical não sobrevive se não apresentar a obtenção de algumas migalhas do patronato. Tudo indica que reformistas e direitistas nada farão para organizar uma greve unificada de metalúrgicos, petroleiros, bancários e outros. O que os burocratas mais temem é que a base proletária de 10,7 milhões de trabalhadores que abarcam 24 setores da economia se levante contra a superexploração e desemprego, indicando o caminho da luta de classes para o conjunto dos trabalhadores do país.

A unidade operária potencia a capacidade da luta de massa, o que afeta os interesses dos exploradores e atinge a política burguesa de amortização da luta de classe. A burocracia, da direita à esquerda (reformista), tem profundos laços com o Estado e com setores capitalistas. Sua política é de sustentação da estabilidade do poder burguês sobre a maioria oprimida. Toda vez que esta coloca a bandeira de unificação é porque necessita manobrar contra a real unidade das massas e a favor da obtenção de algumas migalhas do patronato para evitar a luta.

As bases podem quebrar as manobras da burocracia

Está claro que o que é bom para os trabalhadores não é para os dirigentes

4 – MASSAS – 1ª quinzena de outubro de 2000

sindicais comprometidos com os interesses dos exploradores. Como impor então a vontade dos explorados?

Exigir convocação de assembléias unificadas, para aprovar a pauta de reivindicação e organizar os comitês unitários. Em cada fábrica deve percorrer a bandeira: unificar pelas bases através das assembléias conjuntas e dos comitês. A defesa da real unidade é parte da luta contra a casta burocrática que parasita os sindicatos e funciona como correia de transmissão da política patronal.

As reivindicações

O petroleiros têm na pauta 8% de reposição salarial, 30% de reposição das perdas após o Plano Real e 13,85% de produtividade. Os bancários querem 9,21% de reajuste. A Força Sindical coloca o reajuste de 20% para sua base. A construção civil de SP exige 5% de antecipação, além dos 7,23% já recebidos. Como se vê, há uma diferença nos índices.

Geralmente, a burocracia se utiliza da disparidade para justificar a divisão das campanhas. Agora, aparentemente, não se utiliza desse argumento divisionista. Dizemos aparentemente porque o motivo da união não é a defesa conjunta das reivindicações. O objetivo da burocracia é pressionar o governo a repor o FGTS. Portanto, não se pretende atacar os lucros dos capitalistas, que exploram em suas fábricas e construções 13 milhões de operários.

Ocorre que o governo acaba de prometer a correção do FGTS. Certamente, a burocracia gritará vitória e colocará de lado a unidade da campanha salarial. Prevendo isso, cabe-nos defender:

- 1) reposição de todas as perdas; 2) aumento real a ser decidido em uma assembléia unificada; 3) implantação da escala móvel de reajuste salarial (reajuste de acordo com a inflação); 4) escala móvel das horas de trabalho, em que se reduz a jornada para que todos tenham trabalho; 5) elevação do salário mínimo de acordo com as necessidades de uma família de 4 pessoas, calculado pela assembléia; 6) recuperação de todas as conquistas trabalhistas retiradas pelo patronato e governo (Previdência, estabilidade etc); 7) derrubada do Plano neoliberal de FHC; 8) con-

- trole operário da produção; 9) recuperação das estatais das mãos dos capitalistas, sob o controle dos trabalhadores; 10) rompimento com o imperialismo.

Sobre a correção do FGTS

Também, nesse caso, há uma manobra em andamento. Logo após o anúncio do governo de que fará a reposição, Paulinho, da Força Sindical, correu a dizer que agora se trata de negociar a forma de reposição. Referiu-se a três possibilidades: reposição imediata; reposição parcelada; reposição na forma de ações das estatais.

É bem provável que nos bastidores já se tenha um acordo em torno do pagamento através de ações, considerando-se que a Força é defensora das privatizações.

A burocracia se caracteriza por se julgar intérprete da vontade dos trabalhadores. Paulinho correu a dizer que as ações seriam bem vindas. A direção da CUT declarou que quer o pagamento de uma só vez, mas também sabemos que irá atrás da reposição parcelada.

O governo avalia que as Centrais continuarão divididas e assim pode jogar com o que for melhor para si.

A correção do FGTS nada mais faz senão reparar uma parte do roubo dos Planos burgueses contra os assalariados, que acima de tudo serviu aos lucros dos banqueiros. É necessário, portanto, denunciar as manobras do governo e de seus serviços que dirigem o movimento sindical. Nossa resposta: correção integral e imediata, calculada pelos sindicatos, sob a vigilância das bases e aprovada em assembléia unificada.

Organizar a greve unificada

Há motivos de sobra para combater a fome, a miséria e o desemprego com o método grevista. Os milhões de trabalhadores em campanha nesse meado de semestre constituem um poderosa força social. Divididos e individualizados não são nada perante os exploradores, mas unidos têm como golpeá-los. Grande parte da produção, nos ramos mais fundamentais da economia, estão sob sua responsabilidade. A greve unificada e organizada desde os locais de trabalho é o caminho para combater a exploração e a fome.

Icó - CE

Para onde vai a hipocrisia do PT

Adaptação do PT ao capitalismo

Hoje o PT faz aliança com a burguesia nas eleições, quebra e condena as greves, canaliza toda a luta dos trabalhadores para o parlamento e a justiça, e conseqüentemente, leva os movimentos sociais a derrota atrás de derrota, expressando a sua adaptação ao sistema capitalista. O PT usa os mesmos métodos da burguesia contra os trabalhadores: perseguição, repressão e processo judicial contra quem não leva sua política além de ter participado de governos assassinos.

A conduta do PT nos movimentos sociais

Vejamos primeiro as perseguições políticas e os processos judiciais, a exemplo do que ocorreu contra os professores da oposição revolucionária na APEOESP, ou na repressão aos movimentos no governo Cristovão Buarque aos sem-teto de Brasília, ou da Erundina na prefeitura de São Paulo aos condutores, em ambos os casos se utilizaram da polícia para reprimir os trabalhadores. Além disso participou do governo assassino de Valdir Raupp (PMDB), em Rondônia, dirigindo a Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária além de outros cargos de confiança, no momento

em que foram assassinados camponeses. Depois do acontecimento, saiu do governo para não se responsabilizar pelo massacre.

Estes exemplos são uma pequena amostra da conduta contra-revolucionária nos movimentos sociais, e representa a linha traidora do reformismo aos operários, camponeses e oprimidos.

O eleitoralismo do PT

As coligações do PT com os partidos burgueses são comuns nos períodos eleitorais. Aqui no Ceará não é diferente.

Vejamos alguns exemplos: no município de Quixelô o PT se coligou ao PPS, ao PMDB e ao PCdoB; em Maracanáu o PT abandonou sua candidatura para apoiar o candidato do PFL., portanto um partido da oligarquia. Estas alianças significam ajudar a eleger tais coligações e a sua participação no governo eleito através de secretarias e cargos de confiança.

Por que o dirigente do PT quer processar militante do POR?

O dirigente regional do PT de Icó quer processar o militante do POR por causa de uma matéria do Massas n.º 197 intitulada "PT e PCdoB, Excrescência do Movimento Operário em Icó". A passagem da matéria que será utilizada pelo

pretendido processo é a seguinte: "no município de Icó - CE, o reformismo selou uma coligação para as eleições municipais 2000 (PT, PSDB, PPS) depois de negociar algumas secretarias como a da Educação e Agricultura. Falsamente coloca que a próxima gestão municipal será mais democrática que a atual para os trabalhadores".

Perguntamos ao dirigente do PT porque tanta fúria para com o Massas, só porque o POR denunciou esta aliança. A posição de um partido revolucionário é de denunciar o parlamento burguês corrupto e mobilizar as massas para derrubar a burguesia e os latifundiários e instalar um governo operário e camponês. Esta é que deveria ser a atitude de uma candidatura revolucionária nas eleições, mas não a de criar ilusões aos oprimidos, afirmando que através do voto os problemas dos trabalhadores poderão ser resolvidos.

O problema é que o PT não admite ser criticado publicamente, esta conduta comprova a direitização do PT contra seus adversários revolucionários.

O POR condena o uso dos instrumentos do Estado Burguês (justiça, PM, parlamento etc.) como forma de resolver os problemas dos movimentos sociais, pois estes são resolvidos através da democracia operária, pelas assembléias gerais dos movimentos e pela disputa programática.

Natal - RN

O Programa Petista e do PSTU para a Prefeitura de Natal

A candidatura do PT à prefeitura de Natal, a deputada Fátima Bezerra, tem distribuído panfletos e realizando festas para concorrer à prefeitura de Natal. Afirma que os eixos de sua campanha são três: a) honestidade, b) inversão de prioridades e c) participação popular. O slogan de sua campanha no rádio e na TV tem sido: "Nela você pode confiar" sendo o refrão de seu programa na TV. Num de seus panfletos está escrito: "o povo tem todo o motivo para desconfiar de uma administração que prometeu

tudo, mas não cuidou dos problemas mais sérios da cidade. Agora Natal tem a oportunidade de melhorar de verdade, com Fátima prefeita. É que ela está preparada. Ela fala a verdade e sabe o que você precisa, por isto será a melhor prefeita que Natal já teve. Podem confiar." em outro diz: "Vote Fátima para melhorar de verdade". Na TV, seus discursos têm sido neste mesmo tom, será a melhor, a honesta etc. Tem aparecido de forma apolítica utilizando inclusive do emocional e personalizado na vida pre-

gressa, de menina pobre, que foi ser professora e hoje pretende ajudar os pobres, governando com honestidade.

Podemos afirmar que o PT não apresenta nem mesmo o antigo programa reformista com palavras de ordem como: reforma agrária, suspensão da dívida externa etc. Hoje transmite para os trabalhadores o discurso da burguesia de que é a melhor, de que está mais preparada, de que é honesta. Assim sendo, sua candidatura não é uma oposição de classe, programática, às candidaturas burgue-

de Vilma Faria (PSB/PMDB), de Rosado (PSDB/PFL) e outras, pois não representa uma contraposição ao projeto neoliberal implementado atualmente, convertido nas reformas administrativas e nas dos serviços públicos, pela prefeita Vilma.

A candidata petista não toca na raiz dos problemas causadores da fome, do alto índice de mortalidade infantil, do índice de desemprego em Natal (17,3%, uma média de 167 mil desempregados na Grande Natal), a violência social urbana e outros. Ou seja, o PT é incapaz de

Debate:

Diferenças de caracterização e de resposta à crise da Universidade

O Partido Operário Revolucionário (POR) participou de um debate na PUC/SP, convocado pelo seminário estudantil. O tema versou sobre a crise da universidade. Entre os debatedores destacou a presença do deputado federal Ivan Valente (PT), que foi o relator do Plano Nacional de Educação das entidades, aprovado no II Coned.

As divergências entre as posições do POR e as do PT, expressas nesse Plano Nacional e defendidas por Ivan Valente, foram irreconciliáveis. O petista, que se reivindica de uma corrente minoritária interna (Força Socialista), expôs uma série de dados sobre a crise da universidade para mostrar a responsabilidade do governo neoliberal e apresentar uma saída através de uma outra política educacional, denominada alternativa democrática e popular, a ser implantada por um governo democrático e popular.

Em resumo, defendeu a solução da crise através de uma simples mudança no interior do Estado da linha neoliberal para a democrática popular. O que quer dizer dedicar mais verbas para a educação, não subsidiar escolas particulares mercantilistas, incentivar o ensino, pesquisa e extensão e implantar a gestão democrática.

De nossa parte, iniciamos mostrando que era preciso evitar a troca e a confusão entre os aspectos de essência e de aparência da crise universitária. Ao se tomar a aparência pela essência, desemboca-se no reformismo. Espalha-se a ilusão de que a crise da universidade é apenas conjuntural, dependendo da po-

lítica governamental será ampliada ou superada. A diminuição de verbas, o mecanismo de parcerias privatizantes, a pretensão neoliberal de preparar o aluno para o mercado, o controle da qualidade por intermédio das avaliações (provão) etc são consequências da crise estrutural do capitalismo. A raiz do problema reside aí. Não é por acaso que a crise universitária é antiga, mudando apenas nos aspectos de aparência, na forma como se manifesta. Assim, é necessário dizer que a crise do ensino é estrutural e não apenas conjuntural. Ela expressa a desintegração do capitalismo.

O Programa do PSTU

A candidatura do PSTU tem apresentado um programa centrado com o eixo "Fora FHC e o FMI". Seu programa aponta para o reformismo como plano

de obras públicas, escola de qualidade, conselhos populares e um governo dos trabalhadores que construiria segundo eles uma alternativa dos trabalhadores para mudar.

Chama a atenção a defesa que o PSTU faz para os salários dos vereadores. Que se eleitos proporem, através de projeto na Câmara, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) enquanto para o salário mínimo propunham um aumento de 100% (R\$ 302,00). Esta defesa de um salário mínimo de fome só vem provar como esse partido está fora do marxismo.

colas privadas, aquelas não comunitárias, preservando aí os interesses da Igreja.

Como se vê, o reformismo não é consequente na defesa da escola pública. Ivan Valente, no calor do debate, chegou a declarar que pessoalmente é a favor da estatização de todo o sistema de ensino, mas que, no CONED, para progredir posições foi necessário fazer alianças com setores que defendem a coexistência. Com isso, revelou o fundo oportunista do reformismo.

Mas o ponto alto do conflito de posições ocorreu no momento em que Ivan Valente atacou nossa caracterização de que o capitalismo se encontra em processo de desintegração. Limitou-se a uma consideração ideológica de que o POR estava fora da realidade e que a tese de que o capitalismo se encontra na fase terminal é absurda. Em resposta, mostramos que a caracterização de "fase terminal" nada tem a ver com a de que o capitalismo está em processo de desintegração. A burguesia sempre encontrará formas de dar continuidade ao seu sistema de produção decadente. Mas por intermédio de destruição de forças produtivas, de aumento brutal do desemprego e da miséria das massas mundiais, enfim, pela via da barbárie. E que o problema está em o proletariado se organizar para derrubar o poder dos capitalistas através da revolução proletária, que no Brasil implica em desenvolver a estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

Esse aspecto da caracterização do capitalismo fundamentou toda a explicação do POR sobre o vínculo entre a crise estrutural do ensino e os impasses históricos do capitalismo, bem como o total divórcio entre a educação e a produção social. No debate, foram se clareando as diferenças de caracterizações da situação do capitalismo, o que permitiu expor a divergência estratégica entre o reformismo petista e o marxismo. Tanto é que a estratégia do governo democrático e popular pressupõe as possibilidades de reformar aspectos decadentes do capitalismo em favor dos oprimidos, enquanto que afirmávamos tal impossibilidade e a necessidade de organizar o movimento social sob o programa que conduzisse ao governo revolucionário.

É bom notar como o reformismo se desloca da base material da divergência e se atém a colocações puramente ideológicas, ou seja, no sentido de deformar o conflito. Um exemplo foi a de acusar o POR de doutrinária sem entrar no mérito de suas análises objetivas da situação do capitalismo e da degradação do sistema escolar. Num determinado momento, Ivan Valente perguntou onde estão as massas para lutar pelo socialismo. Com isso, pretendeu dizer que o atraso político dos trabalhadores é tão grande que estes terão de passar necessariamente pelo escola do reformismo (PT), que inclusive comparece aos olhos das mas-

sas como radical, claro que se referia às sondagens eleitoreiras.

Lembramos que volta e meia os reformistas recorrem ao argumento de que a correlação de forças é desfavorável aos trabalhadores e que a tarefa é de acumulação de forças, no intuito de se defender a democracia burguesa, o parlamentarismo e a formalidade eleitoral, em detrimento da luta direta das massas e do programa contraposto ao Estado capitalista.

Respondemos que no passado nos perguntavam onde estavam as armas e que agora Ivan pergunta onde estão as massas. Mostramos que as massas estão sob o controle do PT, de seu braço sindical burocrático (CUT) e dos partidos da burguesia que têm seu braço a Força Sindical. Historicamente, constitui uma aliança de sustentação do sistema de exploração do trabalho.

A acusação de que não consideramos a importância de determinadas reformas serviu para obscurecer o fundo da divergência que veio à tona no momento da caracterização da situação do capitalismo e da resposta estratégica. As reivindicações democráticas referentes ao ensino (ensino público, gratuito, laico, condições de trabalho etc) são reformas que, para serem defendidas, não se pode cair no reformismo, ou seja, na tese reformista de solução de tais tarefas no âmbito do capitalismo decadente e sob o domínio da burguesia no Estado. Tais reformas são tarefas que a classe domi-

nante não resolveu integralmente e agora as ataca frontalmente. Tomando-as como ponto de partida para potencializar a luta das massas e levá-las a ver o conjunto dos problemas e assimilar o programa de destruição do capitalismo, estas são imprescindíveis para que os trabalhadores e a juventude estudantil tomem em suas próprias mãos a luta revolucionária antiimperialista e anticapitalista.

Vemos que a caracterização da situação do capitalismo e do sistema de ensino é fundamental para se desenvolver a estratégia e a tática correspondentes do ponto de vista do proletariado. E é nesse sentido que enfatizamos que a solução dos problemas universitários não virá do movimento estudantil isolado e corporativista. É necessário que este se coloque sob a direção da classe operária, única classe capaz de responder às transformações estruturais. Os estudantes estão diante da tarefa de protagonizar o movimento antiimperialista e anticapitalista contra a destruição do ensino e, ao lado da classe operária, potencializar o programa da revolução social.

É claro que essas premissas devem estar ligadas ao objetivo histórico de superação do atraso político e organizativo da classe operária, que nesse momento se encontra sob o controle do reformismo. Esse controle é um dos mais sérios obstáculos para que a classe operária assuma seu papel revolucionário na luta de classe.

Natal - RN

Direção do SINTE adota política de demissões

A direção burocrática do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE), PT - PCdoB, imita FHC e o FMI implementando uma política de demissões no interior do Sindicato, pondo para fora dois de seus funcionários.

Esta política da direção é antiga, pois já havia realizado demissões como a de Emília, que segundo a diretora Leonor, foi por questão política e pessoal, já que a companheira não concordava com o autoritarismo imposto nas relações com os funcionários. Por outro lado, sua demissão esclareceu que a direção assinará sua carteira com uma função inferior a que a companheira exercia. Por esta ter recorrido ao ministério do trabalho, começa a perseguir a companheira, inclusive denunciando-a no ministério do trabalho por ela estar prestando serviço

a outra entidade enquanto recebia o seguro desemprego.

Agora demitem 2 companheiros que têm 12 e 13 anos de serviços prestados ao SINTE.

Mas não é só isto, pois existem funcionários do sindicato que nem têm a carteira assinada, além do que dificilmente pagam horas extras. Qual a moral desta burocracia em exigir que os governos cumpram com as conquistas dos trabalhadores? A sua política conciliadora explica. O discurso soa hipócrita, no momento em que era seu dever lutar contra as demissões, a direção burocrática do SINTE as implementa. A afinidade de sua política com a do FMI é tamanha. O que está colocado é que em todos os setores e principalmente na educação, a privatização destes setores traz embuti-

do a destruição dos postos de trabalho, onde a luta é por mais emprego, onde até mesmo na discussão que a CUT orienta sobre a dívida externa está implícita a questão das demissões. Já é fato no RN onde as demissões nos governos Garibaldi e Vilma acontecem através de programas, a burocracia põe na rua pais de família que não têm como receber seu sustento.

Esta prática nós rechaçamos e exigimos que os fatos sejam apurados e que os funcionários demitidos tenham direito de defesa.

- Abaixo às perseguições no SINTE
- Abaixo às demissões
- Abaixo a direção burocrática do SINTE
- Que a base decida sobre as demissões

Nem oficialismo, nem reformismo. Por um programa de luta

1. As plenárias ocorrem no momento em que o governo reafirma o propósito de implantação e continuação das medidas educacionais elaboradas pelo BID, BIRD e MEC. O conteúdo central dessas medidas é expresso na chamada “descentralização” da responsabilidade da educação pública. Isso é materializado na transferência do ensino fundamental para os municípios, a municipalização. Nos “convênios” (parcerias) com as empresas privadas e com o aumento da “participação” da comunidade escolar. Em todos esses casos, o objetivo é obrigar as prefeituras, os pais e a iniciativa privada a assumirem a sustentação econômica de parte ou da totalidade das escolas públicas. O que retiraria do Estado a função de manter a educação gratuita, mesmo na sua condição mais elementar, a exemplo do ensino fundamental.

A concepção neoliberal tem a escola como uma empresa, os processos educativos como “insumos” e a “eficiência e as taxas de retorno (aprovação) como critérios principais de decisão. Isso porque se apóia no fato de que os recursos estatais destinados à educação não podem ser aumentados porque inviabiliza o compromisso do Estado para com os acordos de pagamento das dívidas interna e externa. O custeio dos serviços públicos passa a ser compartilhado com os usuários (no caso a comunidade escolar) e com aqueles que podem dele tirar proveitos (empresas que usam a escola como propaganda de seus negócios, como forma de sonegar parte dos impostos e outros mecanismos).

Os recursos privados, segundo as orientações do BID, BIRD, cobrirão a brecha deixada pelo Estado. Por outro lado, as ações “descentralizadas” visam unicamente “desenvolver” as capacidades básicas de aprendizagem em nível primário e, em alguns países, em nível secundário, ou seja, o ensino fundamental. Para tais bancos do imperialismo, isso é o suficiente para satisfazer a demanda de “trabalhadores flexíveis”, que podem adquirir “novas habilidades”. Nessa linha, a orientação é minimizar a gratuidade, recuperando os gastos públicos, obrigando a pagar pela educação aqueles que a recebem (através de bolsas empréstimos, taxas, contribuição por parte da comunidade escolar etc.). No caso onde é possível outras fontes, a exemplo das Universidades, o intuito é “ven-

der” serviços para as empresas. Para isso, os professores devem ser “capacitados”, se possível à distância. Também focaliza que o aumento das condições de trabalho (salário por exemplo) e redução do número de alunos (menos de 40-50) por sala não são indicadores da melhoria da aprendizagem. Por fim, a escola/empresa, criada por esse bancos, devem ser avaliadas em termos de “eficiência”, “custo”, “competência” como qualquer outra empresa prestadora de serviços.

A reforma educacional que vêm sendo imposta em todo o país segue essa orientação recheada de palavreados falsos como o das “novas exigências” do mercado de trabalho, que requer um trabalhador mais “dinâmico”, “criativo”, “apto às mudanças”, “flexível” diante da “modernização” tecnológica. Fortalece no interior das escolas as leis burguesas, como a competitividade, individualismo, eficiência, competências e outros atributos próprios da empresa capitalista de exploração do trabalho. Como qualquer outra empresa, a escola ao gerar um produto (aluno) esse deve ser adaptado à falta de emprego, de acesso às universidades e, para isso, prontamente domesticado para não se rebelar contra as leis gerais do sistema capitalista de produção. Ou seja, um aluno dócil e plenamente “formado” na ideologia de que o problema não está no sistema econômico e sim na falta de habilidades que alguns não conseguem no interior das escolas. Atribuiu-se a responsabilidade às escolas (que não se ajustam aos novos tempos), aos educadores que são mal preparados e às famílias que, em boa parte estão desintegradas. Pelo fato da escola ser uma empresa, o produto tem de ser avaliado, levando em conta o custo dessa produção. Para o Estado, quanto menos recursos públicos for investido maior será a capacidade dessas escolas para os “novos tempos”. Como se vê, a reforma educacional responde à política privatista. Ao contrário de pôr fim à rede privada de ensino (escola para uma camada seleta da população), o governo segue as medidas do credores internacionais de criar uma rede pública para os filhos das massas trabalhadoras (pobres) sustentado, na verdade, com o dinheiro das comunidades, porque a “ajuda” das empresas não passam de uma máscara de bondade dos capitalistas.

2. O governo brasileiro, ao firmar os novos acordos com o FMI, no início dos anos 90, e ao adotar a medidas de “estabilização” da economia, o Plano Real, necessitou de “ajustar” as leis burguesas aos ditames neoliberais. Assim, alterou a Constituição de 1988, para eliminar a Previdência estatal, as antigas conquistas trabalhistas, para ampliar a privatização das estatais e aumentar a ingerência do capital estrangeiro (multinacional) sobre a economia nacional. Como parte dessa diretriz, o governo impôs uma legislação educacional moldada para o chamado ajuste estrutural do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases (1996), o Fundef, a reforma do ensino médio, técnico e das universidades nada mais são do que o amparo legal (legislação) para a execução das medidas de privatização, cortes de recursos, demissão e extinção das conquistas sociais. Portanto, nada tem de democrático, de “brechas” ou outros subterfúgios, como querem fazer crer os acadêmicos e reformistas sindicais.

O Plano Nacional de Educação responde, da mesma forma, aos objetivos e metas acordados com os bancos imperialistas para desobrigar o Estado com a educação pública. A prioridade de oferecer unicamente o ensino fundamental e as metas de sua ampliação vem no sentido de limitar a educação das massas à alfabetização, que para a maioria resulta em analfabetismo funcional. Essa diretriz está em oposição às reivindicações democráticas de ensino público e gratuito. O que mostra que a burguesia e seu governo não podem mais atender sequer essa elementar exigência democrática.

O Plano estadual de educação de Covas foi conformado de acordo com as orientações e legislações neoliberais. Por isso, está assentado na municipalização do ensino fundamental, na reforma do ensino médio, que reduz a carga horária de todas as disciplinas e elimina outras, na manutenção das poucas universidades pública, adaptadas às cobranças de taxas e “convênios” de prestação de serviços às empresas privadas, nas formas de ensino à distância, nas salas de aceleração, nas promoções automáticas, na superexploração do trabalho e nos escassos recursos públicos. Porém, tudo isso sob o invólucro da cidadania, da modernização e de toda sorte de atributo da democracia burguesa, a exemplo da

participação, descentralização etc. O governo pró-imperialista, precisa convencer a população de que sua reforma é a solução para o ensino degradado. Para isso, acoberta as violentas medidas com a roupagem demagógica da participação e da cidadania.

3. A diretoria da Apeoesp, juntamente com o fórum em defesa da escola pública, propõe um Plano alternativo ao do governo. Apegoa que este é antidemocrático e neoliberal. E, por isso, não se responsabiliza sequer com a educação básica. Parte do pressuposto de que é possível um Plano educacional democrático e emancipador, desde que haja uma modificação na correlação de forças no interior do Estado. O que implica na alteração da composição parlamentar, ou seja, na quebra da hegemonia dos partidos que sustentam a política governamental. E, mais ainda, na substituição do governo neoliberal por um democrático e popular. O Plano educacional emancipador serviria de pressão para se alterar tais correlações. Trata-se, portanto, do programa do PT/ reformismo para a educação.

O reformismo ao analisar a profunda crise educacional e as medidas governamentais de desmonte da escola pública não parte da raiz do problema. Porque isso significa se apoiar na economia da sociedade, na qual a escola está inserida. Isto é, na caracterização da crise capitalista. O reformismo nega tal caracterização e propõe reformar o capitalismo decadente, como se fosse possível convertê-lo em favor dos explorados e, particularmente, a escola em favor dos "excluídos".

Não é por acaso que suas propostas educacionais não estão em choque frontal com a legislação que sustenta as medidas neoliberais. A sua proposta de Plano estadual da educação está inteiramente apoiada na LDB, na ampliação do Fundef para o Fundeb, com vistas a atender também o ensino médio (última etapa da educação básica), na coexistência da rede privada e na manutenção do arrocho salarial. As propostas para o Plano Estadual estão em conformidade com as do Plano Nacional das entidades, aprovado no II Coned. A concepção de uma escola pública "democrática, cidadã e incluyente" é a expressão do programa do reformismo. E este tem seu sustentáculo nas direções sindicais burocratizadas da CUT, bem como da Apeoesp. Trata-se de uma visão utópica e reacionária. Isso porque implica acreditar que é possível implantar um capitalismo menos bárbaro e uma escola formadora de "cidadãos plenos". Implica negar a luta de clas-

se para pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho. Implica negar que uma nova escola somente será fruto de uma nova sociedade. As ilusões espalhadas pelo reformismo só fazem retardar o processo histórico das massas trabalhadoras contra o poder burguês.

A tendência econômica do capitalismo é de ampliar a miséria das massas. O fato de suas forças produtivas não poderem se desenvolver amplamente e em todos os ramos da produção impossibilita à classe capitalista realizar reformas que atendam as necessidades primárias dos trabalhadores. O desemprego avassalador, a redução drástica da participação do salário na renda nacional, a alta concentração de riqueza nas mãos de uma minoria e de miséria para a maioria expõem as contradições históricas do sistema de exploração do trabalho. Está aí por que a variante burguesa reformista comparece como um obstáculo político na luta das massas por suas reivindicações.

4. As plenárias regionais devem votar contra as propostas de "algumas metas para o debate", feitas pela diretoria da Apeoesp, e defender um plano de reivindicações e o método da ação direta para conquistá-las. Entre as metas, a direção propõe "ampliar gradativamente as verbas destinadas ao ensino público", "instituir no prazo de alguns anos o pleno funcionamento do sistema estadual de educação básica", "instituir, no prazo a determinar, em todo o Estado de São Paulo, programa de bolsa escola, renda mínima, destinado a assegurar a permanência das crianças nas escolas", "erradicar o analfabetismo" e "estabelecer programa de recuperação salarial".

A diretoria (Articulação/PT) e as entidades que compõem o fórum pretendem que as plenárias e o Congresso da Apeoesp votem simplesmente prazos de implementação dessas metas. Os professores devem se opor a proposta de Plano Educacional das entidades por não defender a educação pública, gratuita, laica e científica em todos os níveis. Por não defender a estatização de todo o sistema de ensino (ou seja, a expropriação de toda rede privada). Por não defender o emprego, a redução da jornada de trabalho e o piso salarial imediato de 1900,00. Por manter a separação entre a escola e a produção social. Por se apoiar nos métodos parlamentar-eleitoreiros. Por fazer parte da estratégia do governo democrático e popular. Por iludir os trabalhadores de que é possível reformar o capitalismo e sua escola, sem destruir o poder econômico, político e cultural da classe

burguesa.

5. O Brasil é um país capitalista na condição semicolonial, de economia combinada e integrante da economia mundial, em desagregação. O que quer dizer que sob a forma capitalista não conhecerá o pleno desenvolvimento das forças produtivas. É sobre as fronteiras semicolonias que os países imperialistas descarregam o peso da desintegração. Não por acaso que as diretrizes gerais são impostas de fora para dentro, a exemplo dos planos neoliberais. Se, de um lado, suportamos as conseqüências mais drásticas da decomposição do capitalismo, por outro, as condições objetivas para a revolução proletária, resultado do desenvolvimento das forças produtivas mundiais, se apresentam como necessidade histórica no Brasil semicolonial. É sobre essa base material que dizemos a inviabilidade de reformas, nos marcos capitalistas, em favor dos oprimidos. É sobre a base desse fundamento que defendemos as reivindicações das massas trabalhadoras não como forma de barganha e de colaboração com os governos. As reivindicações são ponto de partida da luta de classe contra a burguesia e seus governos.

Na educação, o mesmo se passa. A luta pelas reivindicações de escola pública, gratuita, laica, vinculada à produção social, emprego e condições de trabalho necessariamente se choca com as diretrizes neoliberais e com o Estado burguês. Elas se tornam anticapitalistas e antiimperialistas. O que implica em unidade com os explorados, particularmente a classe operária, dirigente da revolução social.

A burocracia sindical da Apeoesp acredita ser possível inverter o caminho das leis históricas da economia e da sociedade. Sua política é de colaboração de classe, de encontrar "brechas" na LDB, no Fundef, na Constituição de 1988, no Parlamento etc. Por isso, elaboraram os supostos Planos alternativos de reforma. Os Planos educacionais, como dizem, são instrumentos de "disputa" no Parlamento e de "aglutinação" de setores sociais, que vão dos explorados aos exploradores. Portanto, não se chocam com os fundamentos do Plano governamental. Sua oposição se limita a alguns aspectos, de forma que o reformismo contraria a necessidade histórica de elevação política dos trabalhadores, para emancipá-los do controle da classe burguesa e de seu governo.

Não cabe aos trabalhadores elaborar um Plano de educação a ser executado pelo Estado burguês. O reformismo se apóia no chamado Plano "alternativo" porque tem por estratégia constituir uma variante de

governo burguês reformista. Assim, subordina os sindicatos e os trabalhadores às esferas estatais. O Plano educacional "alternativo" implica em admitir as leis, órgãos, parlamento, Justiça e o governo eleito. Com diferenças de graus, os Planos estão sobre a base da propriedade privada dos meios de produção e, consequentemente, da classe capitalista. Os reformistas se aliam com setores díspares (Igreja, os chamados partidos progressistas etc.), para ampliar o poder de pressão sobre o Estado com o falso argumento de obter alguma vantagem para os trabalhadores. É o que ocorre com a elaboração do Plano estadual da educação. Para isso, não leva em conta que esses setores são defensores da propriedade privada, portando opostos à realização das aspirações mais elementares dos explorados. Não é por acaso que se opõem à escola laica, a estatização de todo o sistema de ensino e do emprego e salário a todos.

Por isso, defendemos que as plenárias regionais se coloquem contra toda essa farça armada pelos reformistas e votem por um programa de reivindicações e, fundamentalmente, pelo método da ação direta para arrancá-las do governo. Os reformis-

tas nos acusam que queremos fazer a revolução social sem que as massas estejam preparadas. A nossa resposta é de que as massas para serem preparadas precisam romper com o cordão umbilical que as prende à ideologia da classe burguesa, da qual o reformismo petista constitui a ala esquerda.

Propomos que as plenárias votem a tarefa essencial que é a de unir a maioria explorada em torno do programa da classe operária para defender a vida das massas e avançar em direção à destruição do sistema de exploração do homem pelo homem. A estratégia se concentra na destruição do poder burguês e na implantação do Estado operário, materializado no governo operário e camponês. As reivindicações educacionais devem fazer parte desse objetivo. As reivindicações elementares são a base para a luta pelo poder, portanto para a luta de classe. Eis os principais pontos da plataforma educacional.

- Escola única (único sistema de ensino estatal, sob o controle dos trabalhadores), pública, autônoma, laica e vinculada à produção social;
- Extinção de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial), es-

tatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores;

- Autonomia integral da educação: administrativa, financeira e pedagógica. Eleição direta de todos os órgãos educacionais, revogabilidade de mandato. Cabe ao Estado unicamente a sustentação financeira;
- Unidade entre a teoria e a produção social.
- Derrubada integral da reforma privatista do BIRD/BID/FHC/Covas;
- Piso salarial de 1900,00, por 20 horas semanais e reposição das perdas salariais. Redução do número de alunos por sala.
- Contratação imediata de todos os demitidos;
- Defesa de todas as conquistas sociais: Previdência única, pública a todos os trabalhadores;
- Organização da luta antiimperialista e anticapitalista contra as diretrizes neoliberais, que só trazem a miséria, fome, destruição dos serviços públicos e outras conseqüências drásticas às massas oprimidas.

Ao 6º Congresso dos Estudantes da USP

Reproduzimos abaixo trecho do manifesto do POR ao VI Congresso dos Estudantes da USP

O 6º Congresso dos Estudantes da USP acontece após um importante movimento grevista das universidades, dos professores e funcionalismo pelo Estado e pelo país, que ocupou o centro da situação política. Um movimento que enfrentou nas ruas dois aspectos fundamentais do plano econômico antinacional e antipopular de FHC: o congelamento salarial e a destruição dos serviços sociais públicos (educação, saúde, previdência etc.) para desviar os recursos públicos para o parasitismo financeiro. Um movimento que realizou grandes manifestações de rua, enfrentou a repressão policial e ameaçou pôr abaixo o plano governamental e, com ele, os próprios governos. Dependia para isso de dois elementos: unidade efetiva na luta e unidade com o movimento operário.

Quando defendemos a unidade efetiva estamos falando de algo que vai muito além de atos e passeatas unificados. Falamos de assembleias, pautas e comandos unificados. Isso quer dizer que construímos um comando unificado que negocia as

reivindicações coletivas com o governo e que submete-se às assembleias gerais unificadas, que determinam o desenvolvimento unitário do movimento. Essa unidade real nos dá muito mais força na luta e impede que o governo consiga impor a divisão, negociando por categoria, o que nos enfraquece.

A razão de não ter existido a unificação é a política corporativista e divisionista da maioria das direções do movimento. As bases mostraram, em vários momentos, que compreendiam a necessidade e estavam dispostas à unidade na luta. Essa disposição foi conscientemente bloqueada pelas direções.

[...]

A raiz do corporativismo

A política das direções conciliadoras baseia-se na idéia de que a saída para a solução dos problemas mais sentidos pelas massas está na via eleitoral, e não na ação direta. A mobilização é usada como instrumento de pressão auxiliar dessa política. A fala de Zé Dirceu nas manifestações, de que "vamos bater no governo nas ruas e

nas urnas", mostra o horizonte político proposto pelas direções: atendimento das reivindicações é com eleição de governos reformistas, as manifestações serviriam para desgastar os atuais governos.

A política divisionista da Adusp decorre da fixação do objetivo de limitar a luta ao que pode ser dado pelos reitores, sem entrar em confronto com o governo. Para ir além disso, segundo essa linha, é preciso aumento de verbas, o que é feito pela Assembleia Legislativa, e para isso teríamos de eleger mais deputados "progressistas" e um governo democrático e popular.

Ao contrário disso, defendemos que a solução de nossos problemas virá pelas nossas próprias forças, pela ação direta (mobilização). Quer dizer que, se precisamos de 800 professores e a reitoria diz que não tem dinheiro, respondemos que não somos responsáveis nem cúmplices da administração da política de cortes de verbas dos serviços sociais públicos; vamos às ruas exigir do governo que dê as verbas necessárias para atender nossas reivindicações. Que deixe de pagar os parasitas da dívida pública. Não vamos ficar confiando

em governos ou parlamentares para atendimento do que precisamos.

Por todo o país

O plano antinacional e antipopular de FHC tem de ser combatido nacionalmente. Da mesma forma que não vai ser pela via eleitoral que teremos a solução de nossos problemas na universidade, também não poremos abaixo a linha neoliberal pelas eleições. O caminho é o de por em pé a luta nacional de massa para combater o governo e sua política nas ruas, nas greves, ocupações e bloqueios de ruas e estradas.

Essa política não é invenção de FHC, e sim uma orientação ditada pelos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI etc.). A luta por cada uma de nossas reivindicações mais sentidas (salário, emprego, educação, saúde, terra etc.) se choca contra os interesses dos capitalistas internacionais. Por isso, ela assume um caráter antiimperialista. Como os capitalistas nacionais são ligados pelo umbigo aos de fora do país, a luta é contra eles também. É por isso uma luta anticapitalista.

Daí a necessidade de colocarmos em pé a Frente Única Antiimperialista, constituída a partir dos comitês de local de trabalho, bairro, universidades, no campo etc., para organizar a luta unitária pela derrubada integral do plano antinacional e antipopular de FHC/FMI.

A luta pelo direito democrático à educação

As nossas reivindicações mais sentidas na universidade têm um caráter democrático. Estão relacionadas ao atraso e submissão do país e da sua classe dominante e à decomposição do sistema capitalista em nível mundial, que se expressa com suas particularidades no Brasil. A solução dessas reivindicações implica num ataque aos interesses imperialistas e dos capitalistas nativos. A resolução definitiva desses problemas depende da ruptura com o imperialismo e de varrer com o poder político da burguesia nativa e submissa.

A universidade não está à margem da luta de classes. Em seu interior, as classes em choque se expressam: a burocracia universitária é uma espécie de marionete do poder econômico e dos governos, que a manejam pela corrupção econômica, política e até acadêmica. Os estudantes e a mai-

oria de professores e funcionários sofrem com as medidas ditadas por ela. E usam os métodos dos explorados para enfrentar a burocracia: as assembleias, manifestações de rua, greves etc. A universidade acaba refletindo em seu interior a luta de classe.

A força necessária para a vitória está na unidade da comunidade universitária contra a burocracia. Não há contradição de interesses entre os três setores que compõem a comunidade. Mas somente um deles pode expressar os interesses de conjunto: os estudantes. Professores e funcionários têm suas reivindicações, que interessam aos estudantes, mas o papel que cumprem na universidade os impede de defender todas as reivindicações estudantis. Assim, depende da mobilização estudantil a unificação geral.

Mais ainda: as universidades isoladas não podem encontrar a força necessária para derrotar o governo e a burguesia. Dependem de estabelecer uma unidade com a classe que está diretamente ligada à produção: o proletariado. A universidade paralisada, em momentos de sobra de mão-de-obra, não afeta os capitalistas e seus governos. É a produção afetada pelas greves operárias ou pelos bloqueios de ruas e avenidas que exerce pressão efetiva sobre a burguesia e seus governos.

A universidade tem de se colocar ao lado do proletariado em sua luta contra os capitalistas. Se isso se realiza, se dá um passo importante para a revolução social, que criará as condições necessárias para o pleno atendimento das reivindicações da comunidade universitária, ligando a teoria e a prática (ensino ligado à produção social).

Ensino Público e Gratuito, Único, Laico e Vinculado à Produção Social

Essa antiga bandeira democrática de luta, reafirmada no primeiro programa científico socialista (Manifesto Comunista de 1848) tem toda a atualidade.

Retomamos esse lema para combater as linhas de adaptação do ensino às imposições capitalistas. A maioria das teses apresentadas ao 6º Congresso omite ou nega abertamente a universidade única, laica e vinculada à produção social. Universidade única é aquela em que não há ensino privado, somente o público. Dependendo da luta pela estatização das escolas par-

ticulares sob controle da comunidade universitária. O ensino privado concorre com o público e trabalha pela sua destruição. Permitir o progresso do ensino pago torna a defesa do ensino público uma frase vazia, sem conteúdo. A única forma de se ter o direito à educação superior para todos é pelo fim do ensino privado. É assim que se poderá abolir o vestibular excludente e oferecer vagas a todos.

O ensino laico é aquele sem nenhuma ingerência das religiões e igrejas, que cumprem papel anticientífico no conhecimento e ciência, e ajudam a preservar o ensino pago, e com ele milhões fora da universidade.

O ensino vinculado à produção social é o objetivo para acabar com a separação entre teoria e prática. Essa separação é imposta à nossa sociedade pelo modo de produção capitalista, que a realiza desde a produção fabril. O conhecimento descolado da prática é uma deformação que só tem sentido na perpetuação da ideologia da classe dominante. A resolução definitiva dessa contradição depende da revolução socialista, que acabará com a divisão teoria/prática desde a produção até o ensino superior.

Os estudantes e o socialismo

A barbárie está se impondo no mundo pela decomposição do sistema capitalista. As guerras de intervenção imperialista (como no leste europeu, Golfo Pérsico, leste asiático, África e agora se prepara na Colômbia), a fome de bilhões, a ascensão do narcotráfico, contrabando e outros negócios escusos, a destruição mundial dos serviços sociais públicos em benefício do parasitismo financeiro, a baixíssima aplicação de tecnologia à produção, a volta de doenças extintas, tudo isso mostra que o capitalismo tornou-se um entrave para o avanço da humanidade. Mesmo os problemas mais básicos, como emprego, salário, educação e saúde dependem da destruição do poder capitalista. Os estudantes têm de se colocar pela revolução proletária, socialista, como meio de solução definitiva de nossos problemas. Defender a unidade com o proletariado e os camponeses pobres para enfrentar a opressão nacional e social. Solidarizarem-se com os povos oprimidos pelo imperialismo. Construírem o partido revolucionário.

60 anos do assassinato de Trotsky

Continuamos com a exposição das idéias de Trotsky contra o revisionismo estalinista.

Trotsky combate a linha estalinista de coexistência pacífica do sistema socialista e capitalista. Stalin justifica a tese do socialismo em um só país em função do isolamento da URSS e do perigo de uma invasão militar pelo imperialismo. Por esse caminho, desembocou na bandeira de paz mundial como sinal de convivência com o capitalismo imperialista.

Segundo Bukarin, que influenciou na redação do segundo projeto de programa do VI Congresso da Internacional Comunista, a Rússia se mostrava auto-suficiente para desenvolver as forças produtivas independentes da economia mundial sob o controle capitalista. Trotsky assinala que "Bukarin edifica um sistema acabado de economia socialista com sua própria existência e como fim sem entradas nem saídas que se comuniquem com o exterior".

Já no XIV Congresso do Partido Comunista Russo, Bukarin desenvolveu o argumento do socialismo em um só país, usando a figura de linguagem "ainda que seja a passo de tartaruga". Trotsky insistentemente caracterizará como utopia reacionária o socialismo fechado em si mesmo e construído lentamente nos limites das fronteiras nacionais.

Abaixo publicamos alguns trechos em que Trotsky refuta a tese bukariana e estalinista da possibilidade de edificar o socialismo coexistindo com o capitalismo mundial.

A dependência da URSS da economia mundial

"A luta incessante entre dois sistemas, o fato de que o socialismo não pode repousar senão nas forças produtivas superiores, em uma palavra, a dinâmica marxista da substituição de uma formação social por outra, baseada no crescimento das forças de produção, tudo isso foi deixado inteiramente de lado. Substituiu-se a dialética revolucionária e histórica pelo utopia reacionária de um socialismo encerrado em si mesmo, organizando-se graças a uma técnica inferior, evoluindo a 'passos de tartaruga' nos limites nacionais e sem outra relação com o mundo externo senão com o temor da intervenção armada".

(...)

"Pelas cifras das exportações e das importações, o mundo capitalista nos demonstra que há outros meios de coação que os da intervenção militar. Como a produtividade do trabalho e do sistema social em seu conjunto se medem no mercado pelos preços, a economia soviética está mais ameaçada por uma intervenção de mercadorias capitalistas de baixo preço do que por uma intervenção militar. Por essa razão, o importante não é obter um triunfo isolado, desde o ponto de vista econômico, contra a 'própria burguesia'. 'A revolução socialista que avança no mundo inteiro não consistirá somente em que o proletariado de cada país triunfe contra sua burguesia' (Lenin, *Obras Completas*, 1919, Vol. XVI, pág.388). Trata-se de uma luta à morte entre dois sistemas sociais, um dos quais começou a se organizar apoiando-se em forças produtivas atrasadas, enquanto que o outro repousa hoje em forças de produção de um poderio infinitamente maior".

(...)

"Nós, o primeiro Estado operário, somos uma parte do proletariado internacional e com este dependemos do capitalismo mundial. Colocou-se em circulação a palavra 'relação', indiferente, neutra, castradas pelos burocratas, para dissimular o caráter, sumamente penoso e perigoso para nós, dessas 'relações'. Se produzíssemos aos preços do mercado mundial, continuaríamos sob sua dependência mas isso seria infinitamente menos rigorosa que atualmente. Mas, desgraçadamente, não ocorre assim. O monopólio do comércio exterior prova por si mesmo o caráter perigoso e cruel de nossa dependência. A importância decisiva que tem esse monopólio para nossa construção do socialismo se deriva, precisamente, da correlação de forças desfavoráveis para nós. E não se pode esquecer um só instante que o monopólio do comércio exterior não faz senão regularizar nossa correlação com o mercado mundial, mas não a suprime.

'Enquanto nossa república dos soviets, escreveu Lenin, continue *isolada* de todo o mundo capitalista, crer em nossa independência econômica completa, no desaparecimento de certos perigos, seria dar prova de um espírito fantástico e

utópico'. (Lenin, *Obras Completas*, vol. XVII, pág.409; as palavras foram sublinhadas por mim).

Por conseguinte, os perigos essenciais são a conseqüência da situação objetiva da URSS como país isolado na economia capitalista, que nos é hostil. Entretanto, esses perigos podem crescer ou diminuir. Isso *depende da ação* de dois fatores: nossa construção do socialismo de um lado, e a evolução da economia capitalista, de outro. Evidentemente, no *último resultado*, é o segundo fator, isto é, a sorte do conjunto da economia mundial, o que tem uma importância decisiva.

Pode ocorrer, e se isso é possível - e em que caso preciso - que a produtividade de de nosso sistema social esteja cada vez mais atrasada em relação à do capitalismo? Pois, no final das contas, isso provocaria inevitavelmente a derrocada da república socialista. Se dirigimos com inteligência nossa economia durante esta nova fase, no curso da qual estaremos obrigados a criar a base da indústria, o que exige qualidades bem maiores por parte da direção, a produtividade de nosso trabalho aumentará. Pode-se supor, não obstante, que a produtividade do trabalho dos países capitalistas, ou, para falar com maior precisão, dos países capitalistas predominantes, crescerá mais rapidamente que a nossa? Se não se dá a esta pergunta uma resposta que leve em conta as perspectivas, afirmar que nosso ritmo será 'por si mesmo' suficiente (sem falar da filosofia ridícula do 'passo de tartaruga') é não dizer absolutamente nada. Mas a só tentativa de resolver o problema da luta entre os dois sistemas nos leva ao terreno da economia e da política mundiais, e neste é a Internacional revolucionária, que abarca a república dos soviets, quem trabalha e decide, e não uma república soviética que tenha como fim sua própria existência e recorra de vez em quando à ajuda da Internacional". (páginas 117 a 124).

A contradição entre as forças de produção e as fronteiras nacionais, causa do caráter utópico e reacionário da teoria do socialismo em um só país

"Examinemos mais uma vez (...) o texto do projeto de programa. (...) Já o vemos:

'O imperialismo (...) agudiza extremamente a contradição que existe entre o crescimento das forças de produção da economia mundial e as fronteiras que separam nações e Estados'.

Já dissemos que esta tese era, ou melhor, deveria ser, a pedra angular de um programa internacional. Mas exclui, refuta e varre *a priori* a teoria do socialismo em um só país como reacionária, porque está em contradição irreduzível não só com a *tendência* fundamental do desenvolvimento das forças produtivas, mas também com os *resultados materiais* que esse desenvolvimento já adquiriu. As forças de produção são incompatíveis com as fronteiras nacionais. Daí se derivam não somente o mercado exterior, a exportação de homens e capitais, a conquista de território, a política colonial, a última guerra imperialista, mas também a impossibilidade de que viva, do ponto de vista econômico, uma sociedade socialista que tenha como fim sua própria existência. Há muito tempo, as forças de produção dos *países capitalistas* não encontram lugar suficiente no interior dos limites dos Estados Nacionais. Não se pode construir a sociedade socialista senão se baseando nas forças produtivas mais modernas, na eletrificação, no emprego da química na produção, inclusive na agricultura, na combinação, na generalização dos elementos superiores da técnica contemporânea, que alcançaram o seu máximo desenvolvimento. Desde Marx, não paramos de repetir que o capitalismo é incapaz de dominar o espírito da nova técnica que deu nascimento; espírito que não somente faz sair de seus limites a produção burguesa, privada desde o ponto de vista jurídico, senão que rompe também, como a guerra de 1914 demonstrou, o círculo nacional do Estado capitalista. O socialismo não só deve se apoderar do capitalismo as forças de produção mais desenvolvidas, senão que deve levá-las imediatamente mais longe, elevá-las, dando-lhes um desenvolvimento impossível sob o capitalismo".

(...)

O projeto de programa, em seu desejo de dissimular com as antigas fórmulas já habituais a nova maneira de abordar a questão, decorre à tese seguinte: 'só depois da vitória completa do proletariado no mundo, depois que seu poder mundial tenha se consolidado, virá uma época duradoura de construção intensiva da economia socialista mundial' (cap. V)

Essa tese, destinada a servir de dis-

farce no domínio teórico, desmascara em realidade a contradição essencial. Se na tese que analisamos se quer dizer que a época da verdadeira construção socialista não poderá começar até depois da vitória do proletariado pelo menos em vários países avançados, então se renuncia simplesmente à teoria da organização do socialismo em um só país e se adota a atitude de Marx e de Lenin. Mas se se toma como ponto de partida a nova teoria de Stalin/Bukarin, que tem raízes em diversas partes do projeto de programa, obtém-se a perspectiva de que antes do triunfo mundial, completo, do proletariado uma série de países realizarão o socialismo integral: depois, com esses países socialistas, se organizará a economia socialista mundial, da mesma forma que as crianças constroem uma casa com pedaços de madeira. Em realidade, a economia socialista mundial não será a soma das economias socialistas nacionais. Não poderá se constituir, em seus traços essenciais, sobre a base da mesma divisão mundial do trabalho criada pela evolução precedente do capitalismo. Em seus fundamentos, ela se formará e se reconstituirá não depois da organização 'integral do socialismo' em uma série de países, mas em meio de furacões e das tempestades da revolução proletária mundial, que se prolongará durante várias décadas. As vitórias econômicas obtidas pelos primeiros países da ditadura proletária não se medirão segundo grau de aproximação ao 'socialismo integral', senão pela estabilidade política da ditadura, pelos êxitos obtidos na preparação dos elementos da futura economia socialista mundial".

(...)

O projeto de programa esquece a tese fundamental da incompatibilidade entre as forças produtivas atuais e as fronteiras nacionais, da qual se desprende que as *forças* de produção mais desenvolvidas não são um obstáculo menor para a construção do socialismo em um só país do que as forças pouco desenvolvidas, ainda que estas funcionem partindo do extremo oposto; se as segundas são insuficientes por sua base, é, pelo contrário, a base que é demasiado limitada para as primeiras. Esquece-se a lei do desenvolvimento desigual precisamente quando mais dela se necessita, quando tem maior importância.

O problema da construção do socialismo não se resolve simplesmente pela 'maturidade' ou 'não maturidade' indus-

trial do país. Esta não maturidade é também desigual. Na URSS certos ramos da indústria (mais particularmente da construção de máquinas) são muito insuficientes para satisfazer as necessidades mais elementares do interior; outras, pelo contrário, não podem, nas circunstâncias atuais, desenvolver-se sem uma vasta e crescente exportação. À cabeça destas últimas figuram as explorações florestais e a extração de petróleo e de magnésio, sem falar da agricultura. De outro lado, os ramos 'insuficientes' não poderão tampouco desenvolver-se seriamente se os ramos que produzem 'em excesso' (relativamente) não podem exportar. A impossibilidade de organizar uma sociedade socialista isolada, não em utopia, na Atlântida, mas sim nas condições concretas geográficas e históricas de nossa economia terrestre, está determinada em diversos países, em graus diversos, tanto pela extensão insuficiente de certos ramos como pelo desenvolvimento 'excessivo' de outros. Em seu conjunto, isso significa justamente que as forças de produção contemporâneas são incompatíveis com as fronteiras nacionais.

O que foi a guerra imperialista? Uma insurreição das forças de produção não só contra as formas burguesas de propriedade, mas também contra as fronteiras dos Estados capitalistas. A guerra imperialista significava, de fato, que as forças produtivas se encontravam insuportavelmente estranguladas nos limites dos Estados nacionais. Sempre afirmamos que o capitalismo não está em condições de dominar as forças de produção que se desenvolveu, que só o socialismo é capaz de controlá-las, quando, depois de seu crescimento, rebaixam o marco dos Estados nacionais em um conjunto econômico superior (...)

Ao tratar de justificar a teoria do socialismo em um só país, o projeto de programa comete um triplo erro, quadruplo: exagera a altura do nível das forças produtivas da URSS, fecha os olhos para não ver a lei do desenvolvimento desigual dos diversos ramos da indústria, esquece a divisão mundial do trabalho, e, finalmente, não se dá conta da contradição essencial que existe entre as forças de produção e as barreiras no curso da época imperialista". (página 124 a 132)

Leon Trotsky - Stalin, O Grande Organizador de Derrotas: a III Internacional depois de Lenin.

Desponta uma nova crise do petróleo

A alta do petróleo ameaça com explosão de uma nova crise, como a ocorrida em meados da década de 70. Ao subir de um valor médio de US\$15 a US\$18 para US\$34 e US\$35,92 e indicar que poderia atingir US\$40 configurou um quadro de muita apreensão no mundo capitalista.

Na França, caminhoneiros e agricultores iniciaram um movimento de bloqueio a estradas, refinarias e depósitos de combustíveis. Logo os protestos contra a alta se espalharam por toda Europa. A radicalidade das ações de bloqueio surpreendeu o governo trabalhista inglês. Na Alemanha, o governo correu a negociar com as transportadoras redução de impostos para compensar a súbita elevação. Onde o movimento foi menos radical, não havendo bloqueios, como na Espanha, a redução da velocidade dos caminhões praticamente paralisou o país. Destacou-se uma manifestação popular. Os caminhoneiros irlandeses exigiram a diminuição dos impostos sobre os combustíveis em um terço, utilizando-se de uma paralisação geral de 24 horas. Enfim, os protestos cortaram a chegada de combustíveis até mesmo aos hospitais e escolas.

O movimento de conjunto ameaçou uma paralisação generalizada das atividades econômicas européias. O imperialismo passou a exercer brutal pressão sobre os 11

países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que prometeram produzir 800 mil barris a mais por dia a partir de outubro. Mas segundo especialistas, esse aumento não será suficiente para sustentar um preço médio de US\$25 por barril. Mesmo com o aumento da produção feito em abril, os preços subiram 31%, indicando forte pressão altista.

Os Estados Unidos não medem intimidações. Além de dar um ultimato à OPEP, demonstraram disposição de retomar a guerra contra o Iraque, a pretexto deste acusar o Kuwait de roubar-lhe petróleo de suas reservas.

Os países produtores dizem, com razão, que os grandes beneficiários do mercado de petróleo são as multinacionais. A verdade é que as empresas petrolíferas pertencem ao capital imperialista. Os países semicolonias, por isso de economia atrasada, fornecem a imprescindível matéria-prima para a burguesia industrial e financeira das potências se enriquecerem. Por outro lado, os governos extraem altas taxas de impostos sobre o combustível. Entretanto, diante do aumento do preço do petróleo bruto, o imperialismo descarrega sua bateria sobre os pobres países produtores, que, inclusive, têm nessa matéria-prima sua principal fonte de recursos.

É preciso acrescentar que as potências

industriais impõem à esmagadora maioria das nações atrasadas preços monopolistas e cartelizados de suas mercadorias. Depois da crise do petróleo de 1974, os países produtores foram obrigados a rebaixar violentamente o preço do petróleo, de forma que a OPEP se mantivesse submetida aos interesses das grandes corporações petrolíferas e das potências.

A ameaça de nova crise do petróleo é a ponta de um iceberg da crise estrutural do capitalismo. Os trabalhadores do mundo devem se contrapor aos ataques do imperialismo aos países produtores e denunciar os governos da OPEP a cada momento de capitulação.

O capitalismo é um sistema anárquico de produção. Nos seus quadros, não tem como solucionar as crises, a não ser através de destruição de forças produtivas, de aumento da opressão imperialista, da exploração do trabalho e da miséria das massas. Dessa forma, cabe aos trabalhadores levantarem suas reivindicações contra a alta do custo de vida.

A tendência é de recrudescimento dos desequilíbrios econômicos. O que coloca com mais urgência a necessidade da classe operária superar a sua crise de direção, construindo o partido mundial da revolução socialista e reconstruindo a IV Internacional.

Colômbia

Constituir as frentes antiimperialistas

O imperialismo norte-americano já intervém abertamente na Colômbia. Realiza uma ofensiva militar para destruir as Farc. O narcotráfico é mais um pretexto. Ocorre que os Estados Unidos necessitam ampliar sua influência sobre a América Latina. Agora, não só econômica mas também bélica.

Seus estrategistas consideram que a miséria chegou ao ponto de conformar um contexto de rebeliões populares, rupturas entre as classes e instabilidade dos débeis governos, corrompidos até a medula. O que quer dizer que seus interesses podem vir a ser, no futuro próximo, questionados pelos explorados em pujantes movimentos antiimperialistas, sem que as burguesias nativas tenham condições para controlá-los.

O imperialismo evoca para si a defesa histórica do capitalismo, que se desintegra mundialmente, por não poder movimentar as extraordinárias forças produtivas,

erigidas sobre os ombros da maioria empobrecida e sem perspectiva. Exige que as burguesias semicoloniais se submetam sem restrição às ordens exteriores. Mas essa condição não é obtida automaticamente, uma vez que fere os interesses de uma parcela do capital nativo e aumenta o perigo das massas tomarem em suas mãos as tarefas antiimperialistas.

É o que assistimos com os reparos e os cuidados do governo brasileiro em relação às "propostas" do governo Clinton de se criar uma força intervencionista na Colômbia sob o comando do exército gringo.

A ofensiva militar tem por detrás a necessidade de expansão econômica do grande capital internacional e vice-versa. Não é por acaso que a burguesia norte-americana força a "discussão" e o planejamento para a implantação da Alca, ao mesmo tempo em que reforça sua presença militar na América Latina. Não há dúvida que o "acordo" comercial no continente virá

acompanhado de maior liberdade para as forças militares imperialistas se movimentarem, atuando sobre os Estados nacionais e dirigindo o combate às massas oprimidas.

Um dos pressupostos ultimamente defendido às claras pelo imperialismo é que não tem mais razão a defesa da soberania das nações. Evidentemente, refere-se à soberania das semicolônias, que nunca a alcançaram plenamente e nem superaram sua formalidade. A idéia é de que as Forças Armadas dos países atrasados podem e devem estar sob o comando das potências.

Frente ao perigo da luta da classe operária e da debilidade das burguesias latino-americanas, a burguesia imperialista comparece como defensora da ordem mundial capitalista. Trata-se de impedir que os elos mais fracos da cadeia se rompam, abrindo caminho para revoluções. A tendência é dos Estados Unidos recrudescerem esta posição, ocupando as nações

mais fracas, como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru etc. No caso da Bolívia, o imperialismo só não foi mais longe na militarização devido à resistência das massas ao governo entreguista. No caso do Brasil, que conta com uma burguesia industrial e financeira mais bem estruturada, crescem as pressões para se admitir a influência militar. A aceitação do "acordo" de doação de armas usadas pelos Estados Unidos, com o direito destes inspecionarem as dependências do exército brasileiro, constitui uma brecha, que o imperialismo espera alargar

Para onde caminha o Peru

Poucos meses depois de vencer uma fraudulenta eleição, para o terceiro mandato, Alberto Fujimori anuncia que convocará novas eleições e não se candidatará. O fato ocorreu depois da revelação de que seu homem mais próximo, o chefe do Serviço de Inteligência, Vladimiro Montesino, subornou parlamentares da oposição. Mas logo se acrescentaram outros fatos, como tráfico de armas, supostamente para as Farc e envolvimento com o narcotráfico.

Ocorre que o governo de Fujimori já estava esgotado e um terceiro mandato seria um fator de perigosa crise do regime político. Durante um período, contou com o apoio do imperialismo norte-americano, interessado que a ditadura fujimorista desbaratasse o Sendero Luminoso e criasse condições propícias para os interesses capitalistas. Cumprida em parte suas funções reacionárias, o governo, metido em corrupção e desmoralizado frente a uma importante parcela de trabalhadores, já não podia prosseguir.

Os Estados Unidos se empenharam em convencer Fujimori a não ir para o terceiro mandato. Desobedeceu, e logo se mostrou incapaz de enfrentar as pressões do imperialismo, que certamente está por detrás dos militares que fizeram vir à tona os es-

no futuro próximo.

É necessário entender o alcance estratégico do intervencionismo norte-americano na Colômbia, para se ter a justa dimensão da importância de pôr em pé um movimento antiimperialista, dirigido pela classe operária em aliança com os camponeses pobres. A defesa da soberania das semicolônias em resolver seus próprios problemas, a autodeterminação nacional e o fim da opressão imperialista, que inclui o saque imposto pelas multinacionais e o capital financeiro, são tarefas que só o

cândalos. Os protestos de rua contra Fujimori passaram a ser um problema para o imperialismo. Receia que a oposição, também manietada, possa perder o controle das massas, impregnadas de ilusões eleitorais.

O principal chefe da oposição, nesse momento, Alejandro Toledo, foi funcionário do Banco Mundial e mantém fortes laços com o governo norte-americano. Sem dúvida, as massas se manifestam motivadas pela fome. E principalmente a pequena burguesia super-empobrecida sai às ruas contra a situação de penúria. Entretanto, estas estão controladas pelo oposicionismo burguês, que as utiliza para afastar Fujimori, antes que a crise de regime alcance grandes proporções e abra caminho para os explorados colocarem sua reivindicações.

A operação que se realiza, com as mãos do imperialismo por detrás, é a de conformação de "um governo de unidade nacional", como apregoou Toledo. Tudo indica que haverá a substituição de Fujimori pela via eleitoral, embora haja setores militares tendentes a dar um golpe e mesmo aqueles que querem que Fujimori continue no poder. Qualquer que seja a alternativa, a burguesia e o imperialismo não poderão oferecer nada de positivo para a maioria,

proletariado pode levar adiante.

A luta contra a intervenção na Colômbia só é séria se permitir manifestar os fundamentos antiimperialistas que amadureçam as massas para a luta anticapitalista, objetivo estratégico que subordina as tarefas democráticas e nacionais dos países semicolônias. Colocar-se contra a operação militar dos Estados Unidos na América Latina sem se desenvolver as bandeiras antiimperialistas e sem se trabalhar pela organização da frente única antiimperialista é ludibriar o problema.

que terá de continuar na luta e ir superando as ilusões democráticas.

A ausência do Partido Revolucionário dificulta o desenvolvimento político dos trabalhadores, que estão iludidos com a via eleitoral e constituição de um novo governo. É bem provável que Fujimori abra caminho para a transferência de poder sem alterar a essência do "regime fujimorista". Cabe à vanguarda mundial alertar para a manobra costurada entre o imperialismo e oposição, que objetivam evitar que a classe operária peruana, os camponeses e a classe média arruinada tomem os problemas do país em suas próprias mãos.

As bandeiras antiimperialistas, as reivindicações mais sentidas da massas e a tática de formação de uma frente única antiimperialista, nas condições de crise do regime, são um valioso instrumento para conquistar a independência dos explorados e preparar o terreno para o combate por um governo revolucionário. Os trabalhadores devem compreender que não se trata simplesmente de afastar Fujimori e colocar outro governo burguês em seu lugar, e nem admitir a intervenção do imperialismo em qualquer hipótese, mas sim travar a luta por um governo operário e camponês.

Bolívia

O Jornal "La Prensa" e a Herança de Trotsky na Bolívia a 60 anos de sua morte

O matutino de La Paz dedica duas páginas sobre o tema, cujo início descrevemos: "*Depois de 60 anos de sua morte, a herança de Leon Trotsky se reduz a um punhado de seitas que pululam pelo mundo, aliados da política real e do poder. Conheça ... a influência que seus seguidores têm na história contemporânea boliviana*". Devemos lamentar a grande quantidade de erros do

jornalista que redatou o artigo.

Perguntamos porque a imprensa boliviana dedica tanto espaço ao trotskismo, quer dizer, ao POR? A resposta dos comentaristas é às vezes contraditória e até absurda.

Alguns gostam de sublinhar que os que passaram pelo Partido Operário Revolucionário "adquiriram uma disciplina

férrea", propaganda que parece servir-lhes para conseguir cargos bem remunerados.

Ninguém ignora que alguns elementos da classe média — na Bolívia é um setor social faminto — que não conseguem converter-se em revolucionários profissionais, são rapidamente estrangulados estomacalmente pela burguesia. Nós os

vemos perambulando pelas ruas como traidores miseráveis.

O que é o POR

A partir das próprias fileiras poristas temos escrito abundantemente sobre o nascimento do Partido Trotskista e a tarefa fundamental que cumpriu até hoje (grande parte deste trabalho pode ser conhecido com a ajuda das "Obras Completas de Guillermo Lora", que já chegou ao volume 55 e cada um deles contém 500 páginas). Alguns jornalistas — não descobrimos com que intenção — inventaram sua própria "história". É uma besteira afirmar que a IV Internacional nasceu como "socialista", pois proclamou bem alto — e isto diz o "Programa de Transição" — que sua bandeira é marxista-leninista, quer dizer comunista.

Estes periodistas não se ruborizam ao afirmar que Marof tinha uma barba

ao estilo de Marx e que junto com Aguirre Gainsborg eram populistas. Com certeza o pobre diabo nem sabe o que é populismo. Ao final diz que com a morte de Aguirre o POR se viu confinado "a um grupo universitário" "até que entra em ação G. Lora"

Muitos estranham que o POR não consiga colocar na sua bolsa a maioria da população ou pelo menos dos operários. A conclusão que para muitos lhes parece lógica, e que para estes é isto o que é realmente um partido, é que poderia ganhar qualquer eleição presidencial. Não, o POR é um partido de revolucionários profissionais, expressão do que há de mais avançado da vanguarda operária, por isto é um partido minoritário, mas que tem a capacidade de dirigir a nação oprimida pelo imperialismo no processo da revolução social.

O POR revelou as leis da história boliviana

IV Internacional

Viva a IV Internacional!

O proletariado, criatura do capitalismo mundial, é uma classe social internacional por excelência, por cima das particularidades nacionais dos diferentes países, é igualmente produtor da mais-valia e elabora a mesma finalidade estratégica: a Revolução e Ditaduras Proletárias, para poder sepultar o capitalismo putrefato de tão maduro, pôr em pé a sociedade sem explorados nem exploradores, a comunista, a pátria universal.

É por isto que constitui uma necessidade vital e impostergável a constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista Mundial. Existe no campo revolucionário uma rica experiência a este respeito, que é a história da Primeira Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864 e dissolvida em 1876); da Segunda Internacional fundada no Congresso de 1889 (enquanto Engels ainda era vivo e que durante a primeira guerra mundial se transformou em ministerialista e que no dia 4 de agosto de 1914 levou sua agonia ao ápice); da Terceira Internacional que foi fundada em março de 1919 por Lenin e Trotsky e que terminou sendo dissolvida pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista em junho de 1943; e da IV

Internacional fundada em 3 de setembro de 1938 nas proximidades de Paris, que conheceu várias cisões; na atualidade, o POR por intermédio do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), busca sua reestruturação.

Só a Revolução Mundial Permitirá Chegar ao Comunismo

A revolução começará dentro das fronteiras nacionais (consequência das diferenças no desenvolvimento da consciência de classe do proletariado nos diferentes países), mas necessariamente se transforma em internacional para chegar ao comunismo e para que os problemas que geraram as revoluções nacionais possam ser resolvidos. A revolução se apóia no internacionalismo proletário, na luta mundial dos oprimidos e explorados.

Grandes Lições do Movimento Revolucionário Mundial

Para impulsionar o movimento revolucionário internacional, para potenciar a revolução em determinados países, de-

O escrevedor ficou estupefato ante a declaração de Guillermo Lora de que a política marxista-leninista-trotskista foi confirmada pelo desenvolvimento histórico, e por isto é correta e permite afirmar que o destino do país, o caminho de sua salvação não é outro que o comunista.

Devemos dizer em voz alta que o POR transformou a classe operária em consciente, em Partido, que trabalha para conseguir o conhecimento de como funciona a realidade nacional.

Ainda mais, o POR, na direção dos assalariados, conseguiu derrotar ideologicamente a burguesia e seus testas-de-ferro. Desta forma conseguiu limpar o caminho que conduz à revolução e ditadura proletárias. Por isto o POR não é eleitoralista e que prepara as massas para empunhar as armas.

(extraído do Jornal "Masas" n.º 1728 de 01/09/00)

ve-se estruturar sob a marcha da IV Internacional, baseada no centralismo democrático, como partido único com seções nos diversos países. O Partido Operário Revolucionário da Bolívia é seção da IV Internacional.

A revolução não será simultânea em todos os países, mas começará em alguns, enquanto em outros amadurece.

Os fatos ensinam que a revolução é a prática revolucionária sobre a realidade econômico-social para transformá-la radicalmente. Isto exige que as leis do desenvolvimento e transformação de um país devam ser reveladas com ajuda do método do materialismo histórico. Tudo isto é exposto no programa partidário. Não devemos esquecer que Trotsky sintetizou seu pensamento na seguinte frase: "O Partido é o Programa", que expõe a finalidade estratégica da luta e portanto determina a tática a ser empregada e os métodos organizativos que devem se materializar.

Viva a IV INTERNACIONAL!

Viva a Revolução e Ditadura Proletárias Boliviana!

Viva o Internacionalismo Proletário!
(extraído do Jornal "Masas" n.º 1728 de 01/09/00)